



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESPÍRITO SANTO
Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30, - Bairro Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP 29050-620
Telefone: (27) 3232-1600 - www.crc-es.org.br E-mail: diretoria@crc-es.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 9079618110000798.000046/2025-68

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de inspeção e manutenção de 2º e 3º níveis, conforme as normas NBR 12962, 17240, 9077 e Notas Técnicas nº10, 13, 15 e 17, bem como recarga de 24 extintores de incêndio. Os serviços incluem, ainda, o fornecimento de mangueiras e placas de sinalização, substituição de luminárias, fechamento de guarda-corpo, e manutenção das luminárias de emergência e do sistema de alarme de incêndio, conforme descrito no Relato de Vistoria do CBMES e na tabela abaixo, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM 01			
Subitm	Descrição Detalhada do Serviço	CATSER (sugestão)	UNIDADE DE MEDIDA	QUAN.
1.1	Manutenção e recarga de 24 extintores de incêndio – Manutenção de 2º e 3º níveis conforme NBR 12962, incluindo desmontagem, inspeção, substituição de peças, recarga, montagem e emissão de etiqueta com validade.	3029 – Manutenção de equipamentos de combate a incêndio	unidade	24
1.2	Manutenção corretiva do sistema de alarme de incêndio – Testes em detectores, botoeiras, sirenes e central de alarme, com substituição de componentes quando necessário. Com emissão de laudo e ART	3025 – Manutenção de sistema de segurança e alarme	unidade	1
1.3	Manutenção de luminárias de emergência – Testes de funcionamento, substituição de bateria e LEDs, verificação da autonomia. . Com emissão de laudo e ART	2435 – Manutenção de sistema de iluminação de emergência	unidade	
1.4	Fornecimento de mangueiras para hidrantes – Mangueiras com certificação do INMETRO, compatíveis com engates tipo storz. (30M e 20M)	2365 – Mangueiras e conexões para combate a incêndio	unidade	2

1.5	Fornecimento e instalação de luminária de emergência – Equipamento autônomo, com bateria recarregável, LEDs e autonomia mínima	2339 – Luminárias de emergência	unidade	1
-----	---	---------------------------------	---------	---

	Bateria recarregável, LEDs e autonomia mínima de 2 horas.	de emergência		
1.6	Fornecimento e instalação de suporte de fixação de extintor de parede – Suporte metálico resistente, fixado com buchas e parafusos.	2324 – Suporte para extintor	unidade	1
1.7	Fornecimento e instalação de suporte tripé para extintores – Suporte portátil para extintores de até 6 kg, base estável.	2324 – Suporte para extintor	unidade	1
1.8	Fornecimento e instalação de seta fotoluminescente – Placa sinalizadora conforme normas de segurança, com alta visibilidade.	2336 – Placas de sinalização fotoluminescentes	unidade	1
1.9	Fornecimento de chave tipo Storz – Ferramenta padrão para hidrantes e mangueiras com engate rápido.	2633 – Ferramentas manuais diversas	unidade	1
1.10	Fornecimento de conector tipo KS com parafuso – Peça metálica com vedação e rosca para instalação em sistema de hidrante.	2365 – Mangueiras e conexões para combate a incêndio	unidade	1
1.11	Pintura da caixa de hidrante tipo HR – Serviço com preparo da superfície e tinta resistente, cor padrão bombeiros.	1117 – Serviços de pintura predial	unidade	1
1.12	Instalação de travessas horizontais em tubos de 3/4", com espaçamento máximo de 15 cm entre os vãos, conforme exigido pela NT 10/CBMES e ABNT NBR 9077, para garantir a segurança contra quedas e adequação às rotas de fuga. Total estimado: 82,00 metros lineares de tubos 3/4"	3049 – Serviços de instalação de estruturas metálicas	unidade	1
1.13	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Incêndio, com ART/RRT;	2555 – Serviços de inspeção técnica em sistemas de prevenção de incêndio	unidade	1
1.14	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) com ART/RRT.	2590 – Serviços de inspeção técnica em sistema de para-raios (SPDA)	unidade	1

1.15	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Bombas com ART/RRT.	2556 – Serviços de vistoria técnica em instalações hidráulicas e bombas	unidade	1
------	--	---	---------	---

1.2. O prazo de vigência da contratação é de contados assinatura até 31/12/2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O detalhamento necessário quanto ao período de vigência constará em instrumento contratual .

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A presente contratação visa assegurar a continuidade das condições de segurança contra incêndio e pânico nas dependências do CRCES, por meio da execução de serviços especializados em inspeção, manutenção (níveis 2 e 3), recarga de 24 extintores de incêndio e demais intervenções previstas nas normas técnicas aplicáveis, ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos e sistemas de proteção.

3.2. A solução contempla as seguintes etapas e cuidados:

3.3. Instalação/Substituição e Correções: fornecimento e substituição de componentes que estejam danificados, vencidos ou fora dos padrões normativos, como mangueiras, placas de sinalização, luminárias e fechamento de guarda-corpo;

3.4. Inspeção e Manutenção Corretiva/Preventiva: ações periódicas de verificação técnica e manutenção de extintores, luminárias de emergência, sistema de alarme de incêndio e demais sistemas de proteção, em conformidade com as normas técnicas vigentes (ex: NBR 12962, NBR 17240, NBR 9077 e Notas Técnicas nº 13, 15 e 17 do CBMES);

3.5. Atualização de Conformidade: adaptação aos requisitos estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES), incluindo adequações apontadas em relatórios de vistoria;

3.6. Utilização e Operação: garantir que todos os equipamentos estejam plenamente funcionais e acessíveis, permitindo pronta resposta em caso de emergência;

3.7. Descarte/Reciclagem e Substituição: os itens que atingirem o fim de sua vida útil serão devidamente substituídos e descartados conforme a legislação ambiental vigente;

3.8. Ciclo de Vida e Eficiência: a abordagem do ciclo de vida assegura que os investimentos públicos sejam empregados de maneira eficiente, garantindo segurança, durabilidade, conformidade técnica e redução de riscos à integridade física dos usuários e ao patrimônio do Conselho;

3.9. Pendências de Vistoria: as correções e adequações realizadas pela CONTRATADA, quando decorrentes das exigências constantes em Relatos de Vistoria emitidos pelo CBMES, serão consideradas pendentes até a realização de nova vistoria e aprovação formal das intervenções;

3.10. Instalação de travessas horizontais em tubos de 3/4": com espaçamento máximo de 15 cm entre os vãos, conforme exigido pela NT 10/CBMES e ABNT NBR 9077, para garantir a segurança contra quedas e adequação às rotas de fuga. Total estimado: 82 metros lineares. A instalação deverá ter fixação com chumbadores mecânicos, acabamento com pintura eletrostática branca e compatibilidade com o projeto aprovado, a ser validado em visita técnica prévia;

3.11. LAUDOS DE CONFORMIDADE

3.11.1. Laudo do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

Contratação de empresa ou profissional legalmente habilitado para inspeção e emissão de Laudo de Conformidade do SPDA, conforme ABNT NBR 5419/2015.

Itens contemplados:

- Continuidade de armadura;
- Testes de resistência ôhmica;
- Resistividade do solo.

- Resistividade do solo;
- Inspeção da malha de aterramento;
- Verificação do sistema instalado com base em projeto;
- Emissão de Relatório Técnico de Inspeção (RTI);
- Emissão de Laudo Técnico e ART.

Exigências:

- Registro ativo no CREA e CBMES;
- Profissional com experiência comprovada;
- Apresentação de laudo similar emitido nos últimos 24 meses;
- Prazo de execução: até 15 dias corridos após ordem de serviço.

3.11.2. Laudo do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (extintores, alarme, sinalização)

Verificação técnica da conformidade do sistema, contemplando a emissão de laudo específico com responsabilidade técnica (ART/RRT), de acordo com NBR 12962, NBR 17240 e diretrizes do CBMES. O serviço deverá avaliar as condições de uso, disposição, funcionamento e validade dos sistemas, com orientações corretivas, se necessário.

3.11.3. Laudo do Sistema de Iluminação de Emergência

Inspeção das luminárias e autonomia dos equipamentos, com testes funcionais e verificação da conformidade com a NBR 10898. O laudo deverá indicar eventuais desconformidades, com recomendações e emissão de ART ou RRT.

3.11.4. Laudo do Sistema de Proteção por Hidrantes e Mangotinhos

Verificação de funcionamento e conformidade das válvulas, conexões, pressurização e demais elementos do sistema. O laudo técnico deverá incluir medições, registro fotográfico e emissão de ART/RRT conforme as exigências do CBMES e NBR 13714.

3.11.5. Laudo do Sistema de Bombas de Incêndio

Avaliação da bomba de incêndio quanto à funcionalidade, vazão, pressão, vedação, quadro de comando e alimentação elétrica, de acordo com a NBR 13.714. Deverá ser emitido Laudo Técnico com ART/RRT, contendo recomendações técnicas e plano de adequações, quando necessário.

3.12. EMISSÃO DE ART/RRT

3.12.1. Será obrigatória a apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) para os seguintes sistemas:

- Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio (extintores, alarme, sinalização);
- Sistema de Iluminação de Emergência;
- Sistema de Proteção por Hidrantes e Mangotinhos;
- Sistema de Bombas de Incêndio.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Garantia da contratação

4.1.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), tendo em vista que o pagamento pelos serviços somente será realizado após a referida prestação e atesto pelo fiscal de contrato. Além disso, em caso de problema que se apresente posteriormente, o CRCES poderá instaurar procedimento administrativo sancionador com base na legislação

4.1.3. Vistoria

4.1.3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: administrativo@crc-es.org.br.

4.1.3.1.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.1.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.3.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.2. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.2.1. Laudo de vistoria do CBMES (ANEXO)

QUANT.	TIPO	CARGA NOMINAL	CAPACIDADE EXTINTORA	MANUTENÇÃO NÍVEL 2	MANUTENÇÃO NÍVEL 3	SELO INMETRO
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2027	317432411
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2026	317432401
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2028	317432403
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2026	317432402
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2027	317432419
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2028	317432404
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2027	317432418
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2026	317432409
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2028	317432406
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2027	317432417
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2028	304510293
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2024	2027	287178238
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2026	317432414
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2025	317432408
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2028	317432405
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2029	304512116

1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2029	304512316
1	Pó BC	6 KG	20BC	Dez. 2025	2026	317432412
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2026	317432415
1	CO2	6 KG	5BC	Dez. 2025	2027	317432416
1	Água	10 L	2A	Dez. 2025	2026	317432410
1	Pó BC	6 KG	20BC	Dez. 2025	2030	27921298
1	Pó BC	7 KG	20BC	Dez. 2025	2029	92071736
1	Pó BC	8 KG	20BC	Dez. 2025	2026	317432413

Subcontratação

4.2.2 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3.4 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.5 O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3.6 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.7 A **Contratação do Laudo de Conformidade do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e do Laudo de Conformidade do Sistema de Bombas de Incêndio (com emissão de ART/RRT)** visa exclusivamente à **verificação técnica da conformidade** dos referidos sistemas.

4.2.8 Ressalta-se que **ambos os sistemas estão cobertos pela garantia da obra** recentemente executada, de modo que, caso os laudos indiquem **não conformidades ou a necessidade de ajustes**, a empresa responsável pela execução original será **notificada formalmente para proceder com as correções necessárias**, sem ônus adicional para a Administração.

4.2.9 A **proposta deverá conter valores unitários e ser apresentada de forma detalhada**, discriminando cada serviço, material e/ou equipamento, com especificação técnica compatível ao solicitado no Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. O prazo de execução das recargas e manutenção em todos os extintores de incêndio existentes no CRCES conforme às exigências das normas de segurança, prevenção e combate de incêndio conforme etiquetas de cada cilindro será no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura da ordem de serviço.

5.1.3. A CONTRATADA deverá atender às demandas por meio do fiel cumprimento do ETP, PB/TR, Contrato e demais peças pactuadas, observando as demais rotinas administrativas determinadas pela CONTRATANTE.

5.1.4. A CONTRATADA deverá conduzir as suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando ainda a legislação ambiental aplicável, destinando adequadamente todos os materiais e equipamentos utilizados na execução do contrato.

5.1.5. As exigências de habilitação a serem requeridas estão disciplinadas na legislação, devendo a empresa apresentar comprovações de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

5.1.6. Os demais requisitos da contratação serão detalhados em itens específicos do PB/TR, em consonância a IN SEGES/MP n.º 05, de 26/05/2017.

5.1.7. Os extintores devem ser inspecionados, conforme as normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, e devem ser mantidos em boas condições de funcionamento. A recarga dos extintores deve ser feita por empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros, seguindo os procedimentos e os prazos estabelecidos nos atos normativos vigentes.

5.1.8. Antes de realizar a recarga e manutenção dos extintores, a empresa contratada deverá apresentar um laudo técnico que descreva detalhadamente as necessidades de cada equipamento. Os extintores que forem retirados para manutenção deverão ser devolvidos aos mesmos locais onde estavam nas dependências do CRCES. Além disso, a empresa contratada deverá fornecer extintores substitutos, de mesmo tipo e capacidade, que estejam em condições de uso e com identificação do fornecedor, para garantir a segurança em caso de emergência.

5.1.9. TIPOS DE MANUTENÇÃO

5.1.9.1. Manutenção de Extintor Nível 2

5.1.9.2. Manutenção de Extintor Nível 3

5.1.10. Para manutenções 2 e 3 deverão ser observados:

5.1.11. Providenciar a desmontagem completa de todos os componentes do extintor para limpeza. Em seguida, é realizar a inspeção visual das peças e da parte interna do extintor. Todos os componentes que ficam sob pressão são então testados e ensaiados. Por fim o extintor é remontado e são colocados anel, trave, lacre, selo do INMETRO e termo de garantia.

5.1.12. Após a recarga e manutenção dos equipamentos deverá ser emitido uma comprovação (etiqueta) que ele foi recarregado. Nesta deverá informar a validade da recarga e quando será a próxima verificação;

5.1.13. A manutenção do extintor de incêndio deverá ser realizada adotando-se os seguintes procedimentos.

5.1.14. Desmontagem completa do extintor de incêndio;

5.1.15. Verificação da necessidade de o recipiente ou cilindro ser submetido ao ensaio hidrostático;

5.1.16. Verificação da carga;

5.1.17. Limpeza de todos os componentes e desobstrução (limpeza interna) dos que são sujeitos ao entupimento;

5.1.18. Inspeção visual das roscas dos componentes removíveis e verificação dimensional para as roscas cônicas dos cilindros para extintores de incêndio com carga de dióxido de carbono (CO₂) e cilindros para gases expelentes;

5.1.19. Verificação das partes internas e externas, quanto à existência de danos ou corrosão.

5.1.20. Regulagem da válvula de alívio;

5.1.21. Regulagem estática do regulador de pressão;

5.1.22. Verificação do indicador de pressão, o qual não poderá apresentar vazamento e deverá indicar marcação correta quanto à faixa de operação;

5.1.23. Exame visual dos componentes de materiais plásticos, com auxílio de lupa, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras;

5.1.24. Verificação do tubo sifão quanto ao comprimento, integridade da rosca, existência de chanfro e demais

características que possam interferir no desempenho do extintor de incêndio;

5.1.25. Avaliação de todos os componentes do extintor de incêndio, podendo acarretar a realização de ensaios e em substituição dos componentes que não atendam as especificações técnicas, sendo que os ensaios de componentes devem ser realizados sempre que exigido o ensaio hidrostático do recipiente ou cilindro;

5.1.26. Fixação dos componentes roscados com aperto adequado, sendo que para a válvula de descarga, bujão de segurança, tampa e mangueira deve ser adotada as recomendações do INMETRO;

5.1.27. Substituição do quadro de instruções adequado ao tipo e modelo do extintor;

5.1.28. Montagem do extintor de incêndio com os mesmos componentes previamente identificados e devidamente verificados, ensaiados e aprovados, ou com componentes substituídos, que atendam as normas e requisitos técnicos aplicáveis;

5.1.29. Efetuar registro dos componentes substituídos, quando aplicável;

5.1.30. Execução de recarga do extintor de incêndio quando necessário;

5.1.31. Colocação do anel de identificação da manutenção;

5.1.32. Realização do ensaio de vazamento;

5.1.33. Colocação da trava e lacre.

5.1.34. Para manutenção tipo 3 ainda deverá ser observado a cada 5 anos:

5.1.35. Teste hidrostático.

5.1.36. Pintura do cilindro.

5.1.37. Contratação sob demanda de serviços de manutenção e recarga de extintores, aquisição de placas sinalizadoras, extintores, adesivos demarcadores de solo e cilindros conforme constam neste estudo técnico preliminar.

5.1.38. A empresa contratada deverá agendar com pelo menos 01 (um) dia útil de antecedência a retirada dos extintores que terão recarga e manutenção e disponibilizar extintores substitutos até que os da instituição estejam recarregados e aptos para o uso e realocados em seus devidos lugares. A empresa informará quando entregará os bens e pegará os extintores, informando com a mesma antecedência quando devolverá os extintores após a recarga e manutenção.

5.1.39. Caso seja necessária a substituição de peças não previstas neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar, previamente, **laudo técnico detalhado** acompanhado de **orçamento discriminado**, contendo as seguintes informações:

- Identificação do equipamento afetado (ex: extintor, cilindro, bomba, etc.);
- Marca, modelo e número de série, quando aplicável;
- Descrição técnica das peças a serem substituídas, com indicação de marca, modelo, referência e quantidade;
- Justificativa técnica para a substituição.

5.1.40. Os custos com a aquisição das peças necessárias serão de responsabilidade da CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá, após a identificação do problema, **fornecer a especificação técnica completa das peças**, de forma a viabilizar a realização de cotações por parte da Administração. Após a aquisição, a CONTRATADA será responsável pela **instalação adequada das peças fornecidas**, conforme os padrões técnicos exigidos.

5.1.41. Após o recebimento das peças pela CONTRATANTE, a instalação deverá ser realizada pela CONTRATADA **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**.

5.1.42. A empresa deverá apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou identificados (com crachás) durante a execução dos serviços.

5.1.43. Durante a execução do serviço, a empresa contratada deverá:

5.1.44. Se responsabilizar pelo transporte dos extintores de incêndio que serão recarregados;

5.1.45. Providenciar termo de responsabilidade de retirada;

5.1.46. Cumprir todas as obrigações constantes nestes estudos preliminares e em sua proposta, assumindo

como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.1.47. Ter o Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor de acordo com a Portaria INMETRO nº 206 de 16/05/2011 e executar os serviços, conforme estabelece a Portaria INMETRO nº 05 de 04/01/2011, respeitando os requisitos técnicos definidos pela norma ABNT NBR 12962 - Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio.

5.1.48. O contratado deverá prestar diretamente o serviço, não podendo transferir a responsabilidade pelo serviço demandado para outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

5.1.49. Após a inspeção e antes da execução dos serviços a empresa deverá apresentar laudo técnico detalhado indicando os equipamentos que necessitam, recarga de extintores, aquisição de placas sinalizadoras, cilindros e adesivos demarcadores de solo.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados na: Rua Amélia da Cunha Ornelas, 30 - Bento Ferreira - Vitória - ES - CEP: 29050-620, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.3. Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. Os extintores devem ser inspecionados periodicamente, conforme as normas técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, e devem ser mantidos em boas condições de funcionamento. A recarga dos extintores deve ser feita por empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros, seguindo os procedimentos e os prazos estabelecidos nos atos normativos vigentes.

5.3.2. Antes de realizar a recarga e manutenção dos extintores, a empresa contratada deverá apresentar um laudo técnico que descreva detalhadamente as necessidades de cada equipamento. Os extintores que forem retirados para manutenção deverão ser devolvidos aos mesmos locais onde estavam nas dependências do CRCES. Além disso, a empresa contratada deverá fornecer extintores substitutos, de mesmo tipo e capacidade, que estejam em condições de uso e com identificação do fornecedor, para garantir a segurança em caso de emergência.

5.4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O CRCES poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o CRCES poderá convocar o representante da empresa contratada para

será a assinatura do contrato, e essas partes, contratada e representantes da empresa contratada, para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.8. Gestor do Contrato

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório/checklist para atesto de notas fiscais para aferição da qualidade da prestação do serviço.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento será realizada com base nos critérios das Características Técnicas Mínimas Obrigatórias previstas neste Termo de Referência.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Do recebimento

7.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências. ([Art. 22 e 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art.](#)

7.4.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.11.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.11.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. Liquidação

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de cinco dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.3.1. o prazo de validade;

7.5.3.2. a data da emissão;

7.5.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.5.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.5.3.5. o valor a pagar; e

7.5.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade

fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6. Prazo de pagamento

7.6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.7. Forma de pagamento

7.7.1. O pagamento será realizado preferencialmente por meio de chave pix indicada pelo fornecedor, desde que a conta para pagamento esteja em nome da empresa contratada, ou através de boleto/fatura emitido por este.

7.7.1.1. Na impossibilidade de pagamento via chave pix ou boleto/fatura, o valor poderá ser transferido para conta bancária, desde que a mesma esteja em nome da empresa contratada.

7.7.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. Regime de execução

8.2.1. O regime de execução do objeto será empreitada por preço **unitário**.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica

8.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.4. Qualificação Técnica

8.3.4.1. A empresa deve atender individualmente aos seguintes requisitos:

8.3.4.1.1 – Possuir registro ativo no CREA.

8.3.4.1.2 – Ter responsável técnico habilitado junto ao órgão de classe.

8.3.4.1.3 – Apresentar certificação INMETRO para recarga de extintores .

8.3.4.1.4 – Estar credenciada no CBMES, atuando em conformidade com a legislação local.

8.3.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.4.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.3.4.2.2. Atestado de capacidade técnica comprovando a realização de **manutenção de extintores de incêndio com nível 2 e 3**, em conformidade com a **ABNT NBR 12962**

8.3.4.2.3. Atestado de capacidade técnica comprovando a **execução de manutenção corretiva de sistemas de alarme de incêndio**, incluindo **testes e substituição de componentes** (detectores, sirenes, botoeiras, central); Deve conter a emissão de **laudo técnico e ART**;

8.3.4.2.4. Atestado de capacidade técnica comprovando **manutenção preventiva e corretiva de luminárias de emergência**, com testes de autonomia e substituição de baterias/LEDs; Deve constar a **quantidade de luminárias** atendidas e a **emissão de laudo e ART**

8.3.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.3.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.3.4.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.3.4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.3.4.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.3.4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.3.4.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.3.4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.3.4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.3.4.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.3.4.6.8. Modelo de gestão operacional, conforme art. 10, § 1º, da IN SEGES/ME nº 05/2017.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Os valores maximos admitos, unitários e total estão descritos na tabela abaixo:

Subitm	Descrição Detalhada do Serviço	CATSER (sugestão)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
--------	--------------------------------	-------------------	-------------------	--------	----------------	-------------

1.1	Manutenção e recarga de 24 extintores de incêndio – Manutenção de 2º e 3º níveis conforme NBR 12962, incluindo desmontagem, inspeção, substituição de peças, recarga, montagem e emissão de etiqueta com validade.	3029 – Manutenção de equipamentos de combate a incêndio	Unidade	24	R\$89,17	R\$2.140,08
1.2	Manutenção corretiva do sistema de alarme de incêndio – Testes em detectores, botoeiras, sirenes e central de alarme, com substituição de componentes quando necessário. Com emissão de laudo e ART	3025 – Manutenção de sistema de segurança e alarme	Unidade	1	R\$ 453,33	R\$ 453,33
1.3	Manutenção de e de luminárias de emergência – Testes de funcionamento, substituição de bateria e LEDs, verificação da autonomia. Com emissão de laudo e ART	2435 – Manutenção de sistema de iluminação de emergência	Unidade	1	R\$960,00	R\$960,00

1.4	Fornecimento de mangueiras para hidrantes – Mangueiras com certificação do INMETRO, compatíveis com engates tipo storz.	2365 – Mangueiras e conexões para combate a incêndio	Unidade	2	R\$863,33	R\$1.726,66
1.5	Fornecimento e instalação de luminária de emergência – Equipamento autônomo, com bateria recarregável, LEDs e autonomia mínima de 2 horas.	2339 – Luminárias de emergência	Unidade	10	R\$386,66	R\$386,66
1.6	Fornecimento e instalação de suporte de fixação de extintor de parede – Suporte metálico resistente, fixado com buchas e parafusos.	2324 – Suporte para extintor	Unidade	1	R\$18,33	R\$18,33
1.7	Fornecimento e instalação de suporte tripé para extintores – Suporte portátil para extintores de até 6 kg, base estável.	2324 – Suporte para extintor	Unidade	1	R\$ 49,54	R\$ 49,54
1.8	Fornecimento e instalação de seta fotoluminescente – Placa sinalizadora conforme normas	2336 – Placas de sinalização fotoluminescentes	Unidade	1	R\$ 41,07	R\$ 41,07

	de segurança, com alta visibilidade.					
--	--------------------------------------	--	--	--	--	--

1.9	Fornecimento de chave tipo Storz – Ferramenta padrão para hidrantes e mangueiras com engate rápido.	2633 – Ferramentas manuais diversas	Unidade	1	R\$ 38,12	R\$ 38,12
1.10	Fornecimento de conector tipo KS com parafuso – Peça metálica com vedação e rosca para instalação em sistema de hidrante.	2365 – Mangueiras e conexões para a combate incêndio	Unidade	1	R\$ 185,33	R\$ 185,33
1.11	Pintura da caixa de hidrante tipo HR – Serviço com preparo da superfície e tinta resistente, cor padrão bombeiros.	1117 – Serviços de pintura predial	Unidade	1	R\$ 243,33	R\$ 243,33
1.12	Instalação de travessas horizontais em tubos de 3/4", com espaçamento máximo de 15 cm entre os vãos, conforme exigido pela NT 10/CBMES e ABNT NBR 9077, para garantir a segurança contra quedas e adequação às rotas de fuga. Total estimado: 82,00 metros lineares de tubos 3/4"	3049 – Serviços de instalação de estruturas metálicas	Unidade	1	R\$ 11.604,27	R\$ 11.604,27

1.13	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Incêncio, com ART/RRT;	CATSER 3662 — “Serviço de manutenção em extintor de incêndio” (inclui também substituição de mangueira, manômetro, sinalização)	Unidade		R\$ 1.433,33	R\$ 1.433,33
1.14	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	2590 – Serviços de inspeção técnica em sistema de para-raios (SPDA)	Unidade	1	R\$ 9.926,67	R\$ 9.926,67
1.15	Contratação de Laudo de Conformidade do Sistema de Bombras com ART/RRT.	2556 – Serviços de vistoria técnica em instalações hidráulicas e bombas	Unidade	1	R\$ 917,50	R\$ 917,50
						R\$ 30.154,22

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRCES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

·6.3.1.3.02.01.029 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS, no valor de R\$ 2.363,53 (dois mil trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos) itens 1.1, 1.9 e 1.10 do TR.

·6.3.1.3.02.01.030 - MANUTENÇÃO E CONSERV. DOS BENS IMÓVEIS, no valor de R\$27.790,69 (vinte e sete mil setecentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), demais itens do TR.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação dos orçamentos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Vitória/ES, 13 de agosto de 2025.

Elaine Leopoldino Ferreira
Coordenadora Administrativa

Aprovo o Termo de Referência.

Encaminhe-se para as providências necessárias para a seleção do fornecedor, cumprindo as demais etapas legais para a contratação pública.

Contador **Walterleno Maifrede Noronha**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Leopoldino Ferreira, Coordenadora**, em 22/08/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Walterleno Maifrede Noronha, Presidente**, em 25/08/2025, às 07:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cfc.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0986251** e o código CRC **555C4A5C**.